



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639975 - SP (2021/0012344-8)

**RELATOR** : MINISTRO FELIX FISCHER  
**IMPETRANTE** : EVELIZE DE BARROS GARCIA PAGLIATO  
**ADVOGADO** : EVELIZE DE BARROS GARCIA PAGLIATO - SP394306  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : VICTOR BONADIO MACHADO (PRESO)  
**CORRÉU** : ROGERIO GONCALVES QUEIROGA JUNIOR  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VICTOR BONADIO MACHADO em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0001183-32.2015.8.26.0567).

O paciente foi condenado à pena de 04 anos e 02 meses de reclusão, incurso no art. 33, “caput”, c/c seu § 4º, da Lei 11.343/06, em regime fechado, por acordo proferido em sede de apelação em 30/11/2017.

Sustenta o impetrante, em síntese, a ilegalidade da fixação do regime inicial fechado no crime de tráfico privilegiado, após o julgamento do HC 596.603 pelo STJ.

Requer, liminarmente e no mérito, a fixação de regime menos gravoso em conformidade com o precedente ora invocado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada é também objeto do HC n. ° 611848.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM *HABEAS CORPUS* ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em *mandamus* anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do

art. 210 do Regimento Interno do STJ.  
Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator  
Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do  
RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência